

**Resposta comum  
às perguntas escritas E-0396/99 e E-0493/99  
dada pela Comissária R. Bjerregaard em nome da Comissão**

(21 de Abril de 1999)

A Comissão permite-se remeter o Senhor Deputado para a resposta que deu à pergunta oral H-669/98, do Senhor Deputado Ephremidis, durante o período de perguntas da sessão de Julho de 1998 do Parlamento <sup>(1)</sup>, bem como para as respostas às perguntas escritas E-741/98 <sup>(2)</sup>, do Senhor Deputado Papayanakis, e E-3607/98 <sup>(3)</sup>, da Senhora Deputada Schroedter.

Para além destas respostas, a Comissão enviou já uma carta formal à Grécia, solicitando informação na matéria. Estudará o seguimento a dar ao caso, consoante a reacção das autoridades gregas.

<sup>(1)</sup> Debates do Parlamento Europeu (Julho de 1998).

<sup>(2)</sup> JO C 402 de 22.12.1998, p. 27.

<sup>(3)</sup> JO C 297 de 15.10.1999, p. 88.

(1999/C 370/047)

**PERGUNTA ESCRITA E-0406/99  
apresentada por Giuseppe Rauti (NI) à Comissão**

(1 de Março de 1999)

*Objecto:* Atentado contra a saúde por poluição em Podenzano di Piacenza (Itália)

Em 27 de Novembro de 1998, a comissão de moradores de Colombaia (Município de Podenzano — Piacenza) elaborava um documento, enviado ao Presidente da Comissão do Ambiente (nº de registo 123), em que se descrevia a situação sanitária e ambiental da região devido à presença da empresa River s.p.a., classificada como «insalubre di I classe» (insalubre — 1ª classe). Entretanto, foram divulgados os resultados de novos controlos efectuados pela AUSL local, segundo os quais os perigos certificados por outras fontes (161 atestados emitidos por médicos especialistas, peritagem do Centro Nacional de Investigação de Roma e parecer emitido, a pedido da Procuradoria de Piacenza, pelo Dr. Soffritti, reputado oncologista da Universidade de Pavia) seriam inexistentes. Estes estudos — como haviam sustentado os dois consultores nomeados pela comissão de moradores (o Prof. Bressa do «Toxicology Consultant», de Pádua e o Dr. Vianello, do Laboratório químico «R.D. Chem», de Dossone di Casier (TV) — destacavam o carácter superficial da metodologia adoptada. Importa referir, por último, que o mesmo empresário já foi responsável por agressões ambientais em S. Stefano Lodigiano (LO) com indústrias químicas do mesmo tipo.

Face ao exposto, poderia a Comissão indicar:

1. se existe responsabilidade civil por parte das estruturas de controlo locais;
2. se tenciona intervir a fim de proteger a saúde dos habitantes da zona, em conformidade com as directivas europeias aplicáveis na matéria, designadamente a Directiva 84/360/CEE <sup>(1)</sup>, nos termos da qual a autorização só pode ser concedida quando as autoridades competentes tiverem garantias de que «a exploração da instalação não causa um nível significativo de poluição atmosférica»;
3. se poderá tomar a iniciativa de supervisionar as investigações em curso e
4. expressar junto do Governo italiano o descontentamento dos cidadãos, que nem as autoridades locais nem o próprio Sr. Ronchi, ministro do Ambiente, parecem ter tomado em consideração? Reduzidos ao papel de «cobaias», há quatro anos que os habitantes da zona assistem a uma série ininterrupta de análises que não conduziram a quaisquer resultados, enquanto persistem as emissões para a atmosfera que o Prof. Soffritti, oncologista, considera «responsáveis por queixas de problemas de saúde vários por parte da população e causa provável de futuros casos de cancro». Consequentemente, reafirmamos que a procura do lucro e a instalação de uma unidade industrial não podem sobrepor-se à protecção da saúde pública e ao respeito do ambiente.

<sup>(1)</sup> JO L 188 de 16.7.1984, p. 20.